

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE
CURSO DE PEDAGOGIA PRESENCIAL
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO
PROFESSOR: FÁBIO FONSECA**

Kátia Elaine de A. Pereira

Patriarcalismo, mulher e sexualidade na escola

JOÃO PESSOA

2013

Kátia Elaine de A. Pereira

Patriarcalismo, mulher e sexualidade na escola

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientador: Professor Dr. Charliton José dos Santos Machado.

JOÃO PESSOA

2013

Kátia Elaine de A. Pereira

Patriarcalismo, mulher e sexualidade na escola

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, do centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção de grau em Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em: ____/____/2013

Banca Examinadora

Prof.(a). Dr. Charliton José dos Santos Machado
Orientador (a) UFPB

Prof.(a) Dr^a. Maria Lúcia da Silva Nunes
Examinador (a) UFPB

Prof.(a). Dr.
Examinador (a) UFPB

No terreno dos gêneros e da sexualidade, o grande desafio, hoje, parece não ser apenas aceitar que as posições se tenham multiplicado, então, que é impossível lidar com elas a partir de esquemas binários (masculino/feminino, heterossexual/homossexual). O desafio maior talvez seja admitir que as fronteiras sexuais e de gênero vem sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – admitir que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira. (LOURO, 2008, p.21)

Epígrafe

Dedicatória

Dedico este trabalho a
Trindade, Deus pai, Deus
filho e Deus Espírito
Santo que tornaram o
impossível possível que
fizeram do meu sonho
uma grandiosa realidade.
Vos amo. Amém.

Agradecimentos

À Trindade, Deus pai, Deus filho e Deus Espírito Santo que acompanharam todos os meus passos e estiveram presentes nos momentos de angústias, conflitos, choro e vitórias.

A meu namorado André Luiz Rosendo que não media esforços para ajudar-me no que eu necessitasse e consolava-me com palavras de ânimo nos momentos conflitantes.

À família do meu namorado que não negam ajuda.

A minha amiga Maria Cristina Pereira que me ouvia atenciosamente, que sorria e chorava comigo.

À família de Maria Aparecida Pereira que me acolhem com muito carinho e deste lar saem minhas melhores gargalhadas.

As minhas pequeninas primas Aninha e Xiele que são a doçura e a ternura da minha vida.

Ao meu orientador, prof^o.Dr. Charliton José dos S. Machado que acreditou em mim e foi importantíssimo na construção deste trabalho.

RESUMO

Este estudo objetivou analisar as narrativas de educadoras sobre os desafios da formação e de questões relacionadas às temáticas, sexo e sexualidade e os seus rebatimentos no processo de formação escolar. Inscrito numa perspectiva teórica de dimensão cultural, traz à baila a presença dos sujeitos e sua atuação no processo de dinâmica escolar. A metodologia de cunho qualitativo, parte da orientação da história oral, materializada através de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro educadoras do município de João Pessoa-PB. Concluiu-se a partir das análises das falas com as depoentes “A”, “B”, “C” e “D”, bem como, com as leituras e contribuições teóricas, o quanto o debate sobre a sexualidade ocupa espaço e impõe limitações, seja na família, na aprendizagem cotidiana, seja na escola, lugar da formação em sociedade de conhecimentos.

Palavras chave: Educação. Patriarcado. Sexo. Sexualidade.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the narratives of educators about the challenges of training and issues related to the themes, sex and sexuality and its repercussions in the process of education. Enrolled in a theoretical perspective of cultural dimension, brings up the presence of the subject and its role in the process of school dynamics. The methodology of a qualitative nature, the orientation of the orientation of oral history, materialized through semi-structured interviews with four teachers in the city of João Pessoa. It was concluded from the analysis of the speeches the interviewee "A", "B", "C" and "D" as well, with readings and theoretical contributions, as the debate on sexuality occupies space and places limitations , whether in the family, learning everyday, whether in school, place of training in knowledge society.

Keywords: Education. Patriarchate.Sex.Sexuality

SUMÁRIO

1. Introdução.....	09
2. Capítulo 1 Da construção do objeto de pesquisa.....	11
3. Capítulo 2 Caminhos teóricos e problema da pesquisa.....	14
4. Capítulo 3 Metodologia da pesquisa.....	19
5. Capítulo 4 4.1 Educação e sexualidade na escola.....	21
4.2 Formação escolar.....	24
4.3 Família, patriarcado e educação sexual.....	29
6. Considerações finais.....	34
7. Referências.....	36

INTRODUÇÃO

Este estudo nasceu das inquietações na condição de professora do ensino fundamental e no desafio de lidar com inúmeros impactos cotidianos vivenciados e compartilhados com outras colegas dentro e fora de aula ao se deparar com questões e atitudes relacionadas ao sexo e a sexualidade.

Nessa trajetória, indagava-se sobre que caminhos e estratégias educativas apresentar para responder indagações de crianças em fase de formação escolar, principalmente sobre questões relativas ao corpo, a genitália, ou palavrões e cenas de sexo, presenciadas nos meios de comunicação de massa e mesmo no interior da família.

Visando contribuir com questões vivenciadas no interior da escola, este estudo de Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo apresentar inquietações, conflitos, história de vida de educadoras e educandos no ambiente escolar no tocante à temática e dentro de quatro capítulos buscar responder e contextualizar as situações paradoxais que surgem na construção deste trabalho.

O primeiro capítulo, trata “**Da construção do objeto de pesquisa**”, apontando caminhos de uma tessitura de produção do conhecimento, permeada por uma justificativa de elaboração e problematização acerca das questões sexuais e da sexualidade ao longo da história humana.

O segundo capítulo, intitulado “**Caminhos teóricos e problema da pesquisa**”, destaca o foco teórico e as lentes conceituais da pesquisa, apontando contribuições de autores e autoras que tratam da problemática do sexo e da sexualidade, relacionando a referida temática ao objeto e problemática de estudo.

O terceiro capítulo, intitulado “**Metodologia da pesquisa**” dialoga sobre os caminhos de pesquisa na perspectiva de um trabalho qualitativo sob a orientação metodológica da história oral e das entrevistas temáticas voltadas, exclusivamente, às questões de escuta as depoentes, considerando suas narrativas, escolhas e interpretações de mundo.

No quarto e último capítulo intitulado “**Educação e sexualidade na escola, formação escolar e família, patriarcado e educação sexual**”, analisam-se as

narrativas ou depoimentos de quatro educadoras sobre questões de vidas relacionadas à sexualidade no processo de formação e construção de vida em família ou no ambiente escolar, destacando suas inúmeras dificuldades e rupturas, ao lidar com questões que determinam as condições da sexualidade e como elas são tratadas, enfim, seus tabus e imposições sociais. Além disso, neste capítulo, questões da formação sobre sexualidades e os desafios na escola ganham ênfase na narrativa, haja vista a urgência da temática na atualidade.

O trabalho de Educação Sexual implica a discussão de questões sociais, éticas e morais. Sendo assim, as relações entre liberdade, autonomia e respeito à intimidade devem estar presentes em todo trabalho educativo, principalmente, naqueles que tratam a sexualidade. Estes são alguns dos desafios enfrentados pelos educadores e educadoras, pois a liberdade de ação e decisão é condição fundamental para o homem e a mulher conhecerem as questões decisivas da sua vida e da sociedade na qual estão inseridos. Para entender a sexualidade humana é essencial que ela possa ser entendida e discutida com liberdade.

CAPÍTULO 1

Da construção do objeto de pesquisa

Para compreender a dificuldade das educadoras em lidar com situações relacionadas à sexualidade dos educandos e educandas, assim como também construir e vivenciar trabalhos que tratem desta temática, é necessário que se faça um mergulho nas raízes históricas e religiosas de civilizações que influenciaram povos e contribuíram para a solidificação de vários contextos culturais.

Nesse sentido, faz-se necessário uma reflexão sobre a origem e a estruturação das sociedades patriarcais no ocidente e de que maneira ainda percebe-se fortemente conceitos, ideias, valores atrelados a este modo de sociedade nos tempos atuais.

A tradição religiosa e moral hebraica, a cosmovisão e estrutura social grego-romana e instituições familiares bárbaras medievais formam o pilar da cosmovisão cristã, que possui fortes características negativas sobre a sexualidade.

O próprio cristianismo, nascido na tradição judaica primitiva, ao expandir-se pelo mundo Grego sofre transformações e se constitui como sistema de significações e ideologia capaz de acelerar as contradições que se faziam presentes no centro do mundo que era a grande Roma, baseando-se numa revolucionária transformação de ideias que agora configura-se um cenário bem preocupado com a causa dos pobres, divisão de bens, negava o poder do imperador e a figura de Cristo como único Senhor.

Num processo complexo, o cristianismo torna-se uma religião oficial do império, porém, gradativamente vai perdendo seu peso político e passa a ser uma ideologia universalista e moralista que sedimentará o imaginário social medieval. Assim, surge, uma cosmovisão que envolve os bárbaros e expande-se com um maior alcance cronológico do ocidente. Com ela a forte submissão da mulher, a repressão sexual, a regulamentação da conduta sexual, repressão da representação simbólica negativa desta sexualidade.

A relação dos adultos com as crianças na Antiguidade cristã passava também pela Igreja, que entendia os desejos da carne como concupiscência humana e

pregava sobre isso. Tanto para a mulher como para o homem, o encontro com o corpo de outro – feliz ou não – tornou-se sinal de finitude e de perda, portanto, medida da impotência humana diante do desejo de Deus. Nesse caso o casamento tinha como função a propagação da espécie e não os prazeres carnavais. Assim, o nascimento do filho representava, contraditoriamente, a incapacidade do homem em renunciar aos prazeres do mundo e, ao mesmo tempo, o dever do adulto em “propagar o gênero humano”.

No catolicismo medieval, a criança só era relevante como signo de pureza e inocência – o modelo de perfeição espiritual que ela encarnava servia de exemplo e correção à alma pecadora do homem. A criança venerada pela religião era o “anjo” e circulava assim vestida em todos os acontecimentos e assim travestida em todos os recantos da vida cultural. O culto à criança morta – o “anjinho” – merecia uma devoção especial da cultura familiar (COSTA, 1989).

Os papéis de gênero eram gradativamente sendo resignados e diferenciados entre esse processo, o qual o poderio religioso e estabelecido e influenciado diretamente na construção das famílias.

Dessa forma, para percebermos a inferiorização da mulher como impura, não participante do sacerdócio, exclusivamente masculino, na sociedade patriarcal, temos os hebreus e a bíblia como fonte histórica de conhecimento ,tendo Deus como primeiro patriarca, concepção que marca todo o Antigo Testamento. Segundo Nunes (1987, p.44):

O MATRIMÔNIO EM ISRAEL NÃO É DE ORDEM RELIGIOSA OU JURÍDICA, É UM CONTRATO FAMILIAR ENTRE SENHORES, E A MULHER POSSUÍA UM PREÇO, QUE POSTERIORMENTE SE TRANSFORMOU EM DOTE. TUDO SE ARRANJAVA SEM OUVIR A MOÇA, ERA UM NEGOCIO ENTRE OS PAIS, NEGÓCIO ENTRE HOMENS. DEPOIS QUE O HOMEM PAGAVA O PREÇO DA NOIVA ELA ERA SUA PROPRIEDADE E ELE SEU DONO. O MARIDO DEVIA SUSTENTAR A ESPOSA E O FIM IMEDIATO DO CASAMENTO ERA GERAR FILHOS, QUE ERAM TIDOS COMO BENÇÃO DE DEUS E SINAIS DE RIQUEZA E ABUNDÂNCIA. A POLIGAMIA ERA REGRA COMUM, O INCESTO PROIBIDO E HAVIA SEVERAS LEIS DE NORMATIZAÇÃO SEXUAL.

Ainda Segundo este autor não pode compreender a extensão do patriarcalismo atual sem compreender estas bases históricas de nosso universo de valores e crenças. A crítica destes modelos é fator fundamental para a criação de novas formas de compreensão dos papéis sexuais e pela superação destas cristalizações históricas, preconceituosas e discriminatórias.

Na sociedade grega, por exemplo, a mulher pertencia ao marido e estava proibida de outras relações sexuais, mas, o marido era livre e senhor de sua conduta, não havendo sanções sociais que o impedissem de ter outras relações hetero e homossexuais fora da sua casa.

Por essa perspectiva histórica, o homem não está ligado e muito menos comprometido com a esposa pelo casamento. Ou seja, ela é pura e simplesmente propriedade dele, totalmente submissa e tendo que ficar em casa, pois é a dona e obediente esposa do chefe da família e dos escravos.

A estrutura familiar patriarcal reforça o machismo desde a infância. Educa o menino para exibir seu sexo, gostar dele, ostentá-lo orgulhosamente, como vemos nas rodas familiares, num nítido narcisismo fálico. Já com relação à menina dá-se o contrário; obriga-a a esconder seu sexo, mantê-lo misterioso e escondido, a não ter uma identidade afetiva com sua identidade sexual. Para um o modelo estimula e incentiva toda expressão sexual, para o outro o domínio, reclusão e repressão.

Nesse sentido, se não colocarmos em questão estes estereótipos já prontos e definidos nunca faremos uma real reeducação sexual no espaço escolar. A corrente do sistema convencional tem um apelo irresistível a continuarmos repetindo as mesmas estruturas machistas e repressoras. Acabamos repetindo a matriz que se dá ao nível da macroestrutura social onde prevalece o poder, a dominação, a violência e expropriação.

Portanto, este estudo vai ao encontro de uma demanda histórica que necessita ser provocada no âmbito da formação. Qual seja: a elaboração de projetos de dimensão escolar, que considere às raízes históricas da formação patriarcal brasileira e os seus obstáculos culturais tão presentes na educação sexual de homens e mulheres.

CAPÍTULO 2

Caminhos teóricos e problema da pesquisa

O espaço escolar possibilita mudanças nas concepções de sexualidade? Existe no interior da escola pública de João Pessoa-PB, projetos que busquem superar preconceitos relacionados à sexualidade e gênero?

No tocante a escola temos um forte aliado que pode vir possibilitar mudanças nas concepções relacionadas a sexualidade e gerar discussões que possibilitem uma maior compreensão sobre o tema.

Os Parâmetros Nacionais Curriculares trazem os temas transversais como sendo importantes para educação com cidadania e é necessária uma reflexão de questões e problemas sociais para os alunos. Assim, o tema sexualidade corresponde a questões importantes, urgentes e presentes sob varias formas da vida cotidiana. O desafio que se apresenta para as escolas é o de abrir-se para este debate. Segundo Louro (2010 p.66):

[...] o enfatizar a importância da escola em abordar os recursos culturais relevantes, diz o óbvio, especialmente se considerarmos as exigências do contexto social atual e as expectativas frente à educação brasileira, para um Terceiro Milênio. Neste cenário, o processo de inclusão, nos currículos escolares, de temas como a sexualidade (por exemplo) é decorrente de inúmeras demandas, além da determinação governamental. Destaco o próprio apelo de crianças e adolescentes para a discussão da temática, a insistente veiculação midiática (sobretudo na TV), a admitida omissão familiar, as constantes políticas de saúde pública de HIV/Aids, as iniciativas (cada vez mais comuns) de professoras e professores no âmbito da escola normal.

As manifestações da sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir é respostas habituais dadas por profissionais da escola baseados na ideia de que a sexualidade é assunto para ser lidado apenas pela família.

Na prática, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem, são carregados dos valores associados à sexualidade que acriança e o adolescente apreendem.

O fato de a família ter valores conservadores, liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não, e a forma como o faz, determina em grande parte a educação das crianças e jovens. Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais vai construindo e expressando a sua sexualidade.

Se as palavras, comportamentos e ações dos pais configuram o primeiro e mais importante modelo da educação sexual das crianças, muitos outros agentes sociais e milhares de estímulos farão parte desse processo. Todas as pessoas com quem convivem outras crianças, jovens e adultos ao expressarem sua sexualidade ensinam coisas, transmitem conceitos e ideias, tabus, preconceitos e estereótipos que vão se incorporando à educação sexual.

A mídia, nas suas múltiplas manifestações, e com muita força, assume relevante papel, ajudando a moldar visões e comportamentos. Ela veicula imagens eróticas, que estimulam crianças e adolescentes, incrementando a ansiedade e alimentando fantasias sexuais. Também informa, veicula campanhas educativas, que nem sempre são dirigidas e adequadas a esse público. Muitas vezes também moraliza e reforça preconceitos. Ao ser elaborado por crianças e adolescentes, essa mescla de mensagens pode acabar produzindo conceitos e explicações tanto errôneos quanto fantasiosos.

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros e paredes. Ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela.

Há também a presença clara da sexualidade dos adultos que atuam na escola. Podemos notar, por exemplo, a grande inquietação e curiosidade que a gravidez de

uma professora desperta nos alunos menores. Os adolescentes testam, questionam e tomam como referência a percepção que têm da sexualidade de seus professores, por vezes desenvolvendo fantasias, em busca de seus próprios parâmetros.

Todas essas questões são expressas pelos alunos na escola. Cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa. Queira ou não, a escola intervém de várias formas, embora nem sempre tenha consciência disso e nem sempre acolha as questões dos adolescentes e jovens. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe certas manifestações e permite outras, seja quando opta por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos no momento. Sobre essa questão, Rosimeri Aquino da Silva e Rosângela Soares descrevem (2010 p.90):

A escola é um espaço de relações sociais e não somente um espaço cognitivo. As relações sociais referem-se ao fato de a escola ser tanto um local de encontro entre jovens quanto um local que tem relações com a mídia e outros espaços culturais. Um aspecto importante é pensar que são nesses espaços educativos, culturais e de lazer dos estudantes que transparece a posição que a juventude ocupa hoje na cultura.

Praticamente todas as escolas trabalham o aparelho reprodutivo em Ciências Naturais. Geralmente o fazem por meio da discussão sobre a reprodução humana, com informações ou noções relativas à anatomia e fisiologia do corpo humano. Essa abordagem, em regra, não abarca as ansiedades e curiosidades das crianças, nem o interesse dos adolescentes, pois enfoca apenas o corpo biológico e não inclui a dimensão da sexualidade. Sabe-se que as curiosidades das crianças a respeito da sexualidade são questões muito significativas para a subjetividade, na medida em que se relacionam com o conhecimento das origens de cada um e com o desejo de saber. A satisfação dessas curiosidades contribui para que o desejo de saber seja impulsionado ao longo da vida, enquanto a não-satisfação gera ansiedade, tensão e, eventualmente, inibição da capacidade investigativa.

A oferta, por parte da escola, de um espaço em que as crianças possam esclarecer suas dúvidas e continuar formulando novas questões, contribui para o alívio das ansiedades que muitas vezes interferem no aprendizado dos conteúdos escolares.

Quando a questão da sexualidade é tomada como algo sério a ser esclarecido, compreendido e estudado, tende a modificar a relação agitada dos adolescentes com o tema. Vão perdendo progressivamente sentido os desenhos de órgãos genitais nas carteiras, paredes e banheiros da escola, como atitudes provocativas e exibicionistas de sensualidade exacerbada ou as tentativas de escandalizar os adultos.

Manifestações da sexualidade associadas à agressividade são indicadores da necessidade de discutir abertamente um assunto que causa ansiedade, desperta dúvidas e expressa uma nova vivência para eles, a do relacionamento sexual. Vergonhas, risos encabulados e principalmente a saída para a “gozação” são reações também muito comuns entre adolescentes, quando se coloca em pauta a questão sexual. Há, ainda, muitos que se calam, sentindo-se incapazes de expressar uma opinião a respeito dos assuntos relacionados à sexualidade. Isso acontece até com alunos e alunas que têm participação ativa nas aulas e na vida escolar, de modo geral.

Todas essas reações indicam as dificuldades para lidar com o tema, o medo de errar, de não ser “normal”, da opinião alheia. São difíceis porque se referem a coisas íntimas, que dizem respeito a cada adolescente, sem exceção.

Criar espaços para reflexão e debate, justamente dessas questões, sem personalizá-las, é o que pode ajudar os jovens a passar por essa fase com menos angústias e turbulências. O bem-estar sexual passa pelo esclarecimento das questões que estão sendo vivenciadas pelas crianças e pelos jovens e é favorecido pelo seu debate aberto, nas diversas etapas do crescimento. Ana Maria Faccioli de Camargo e Cláudia Ribeiro (1999, pp.141,142) afirmam:

No processo civilizatório, em nossas relações do dia-a-dia, queiramos ou não, e estabeleceram-se “verdades” sobre a sexualidade que nos constituíram como crianças, adolescentes, homens e mulheres “normais” ou “anormais”. Daí nossa atenção à prática educativa na temática da sexualidade humana: incitamos? Desviamos? Ampliamos? Limitamos? E por quê? E tantas outras perguntas que surgem: Para quê? Para quem? Com quem? Onde? Como? Quando?[...] Nosso desafio é imenso: retirar a educação sexual do papel e inseri-la no cotidiano das escolas, continuamente, sistematicamente, calcada em princípios éticos, políticos e estéticos [...] A estrutura social favorece o controle dos corpos, fabrica desejos, condiciona afetos e bens materiais, oferece soluções e ideias maravilhosas a

serem consumidas, mas não favorecem a reflexão sobre as reais necessidades e vontades de cada um. Uma atitude crítica e o compromisso com as crianças de qualquer faixa etária não podem mais excluir a Educação Sexual das propostas político-pedagógicas das

Portanto, cabe indagar: a escola promove a criação de um espaço efetivo de reflexão e formação sobre a sexualidade? Apesar das orientações correntes, os docentes estão preparados numa perspectiva de formação para tais desafios na escola? Como a formação patriarcal e tradicional familiar opera na dimensão cultural desse processo?

CAPÍTULO 3

Metodologia da pesquisa

Este estudo sobre as dificuldades das educadoras em lidar com situações relacionadas à sexualidade com educandos, em ambiente escolar, converge para uma análise que se assenta sobre um modelo de formação histórica patriarcal.

A alternativa metodológica mais adequada para responder às demandas postas por este estudo é a história oral, reconhecida por valorizar a memória dos sujeitos, resgatando a tradição oral e as experiências vividas por atores sociais colocados à margem da história tradicional. Para Meihy (1996, p.10), a fonte oral é “[...] uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado”. A autora considera que ela “garante sentido social à vida de depoentes e leitores que passam a entender a sequência histórica e a sentirem-se parte do contexto em que vivem”.

Chartier (2002, p.84) também faz referência ao relato como uma singularidade da história, pelo fato de manter uma relação específica com a verdade, pois as construções narrativas pretendem ser “a reconstituição de um passado que existiu”.

Thompson (1992, p.22) define a história oral como prática social que pode gerar mudanças que transformam tanto o conteúdo quanto a finalidade da história, posto que altera o enfoque da própria história e revela novos campos de investigação, podendo derrubar barreiras entre os sujeitos.

A partir deste entendimento, narrativa construída neste trabalho, com base no objeto de pesquisa e em sua problematização, será feita prioritariamente com fontes orais, no entanto, não se furtará ao diálogo com fontes documentais.

Esse recurso metodológico será utilizado para a obtenção de dados sobre aspectos específicos da trajetória de vida das educadoras, sua formação e prática educativa. Como técnica de pesquisa faremos uso da história de vida e do depoimento oral, que irão incidir sobre um determinado tempo e espaço históricos. Nesse

momento, opto pelo depoimento oral por não pretender realizar uma construção biográfica detalhada, mas trazer elementos da vida da educadora, ou de um período da sua vida que nos interessa de modo particular, neste caso, sua formação e prática educativa relacionada à sexualidade no espaço escolar.

Neste trabalho, as entrevistas que serão realizadas possibilitarão um mergulho no cotidiano do passado e do presente das educadoras, tendo como objetivo reconstituir as histórias de vida com relação às suas práticas educativas relacionadas à sexualidade no espaço escolar. Na perspectiva de trabalho da história oral, as entrevistas que farão parte desta pesquisa enquadram-se na forma de depoimentos orais, pelo fato de focalizarem a rememoração da vida da educadora com relação a um tema mais direcionado e restrito, sugerido e dirigido.

CAPÍTULO 4

Educação e sexualidade na escola

Ao compreender que a escola é um espaço de construção de conhecimentos com dimensão formadora - informadora, entende-se que a mesma deve, entre outras questões, proporcionar discussões de elaborações de projetos que envolvam toda comunidade, buscando assim combater ou minimizar os diversos problemas que surgem em seu ambiente.

Isso posta entende-se assim que, no ambiente escolar é necessária uma permanente reflexão acerca dos desafios que surgem na realidade social cotidiana. Sobre essa questão, nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, a educação escolar (1999, p.34) é tida como uma prática para que:

[...] todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente.

Nessa perspectiva da realidade social, trazer à baila a problemática do sexo e da sexualidade no espaço escolar, implica possibilitar um leque de oportunidades para as mais diversas manifestações do comportamento das educadoras e educadores que, por condições históricas diversas, tendem muitas vezes a refutar e mesmo resistir tal debate em sala de aula, seja por não compreendê-lo como necessário ou por de

fato não saber como dialogar ou lidar a respeito dos diferentes problemas que surgem no ambiente escolar. Sobre questão Camargo e Ribeiro (1999, pp.39-40) afirmam:

A Educação Sexual na escola brasileira, principalmente nos níveis da Educação infantil e Ensino Fundamental, tem sido bastante polêmica. Muitos consideram, ainda hoje, a abordagem de questões sexuais na escola como algo não-sadio, pois estimularia precocemente a sexualidade da criança e do adolescente. Para outros a discussão orientada de temas relacionados à sexualidade proporcionaria aos jovens o conhecimento e a importância da vida sexual bem mais cedo e com maior profundidade.

Ainda sobre essa questão, Lima Júnior (2008, p.16) indica que:

No interior das práticas educativas escolares este acontecimento é visível. Observa-se que a educação sexual (ES) encarrega-se do trabalho de orientação e informação a respeito das questões sexuais. Ela visa, primordialmente, à disciplinarização dos comportamentos dos alunos. Na realidade, a ES vem se constituindo num labirinto, cuja performa-se é a contenção e a domesticação dos instintos.

Partindo das questões apontadas pelos citados autores, é importante ressaltar que construir e vivenciar projetos voltados à Educação Sexual na escola, ainda é visto como um grande desafio, pois, em regra, a gestão escolar e os docentes apresentam resistências para, inclusive, pautar tais temáticas no âmbito das reuniões e planejamentos pedagógicos.

O que se percebe na maioria das vezes, são as polêmicas relacionadas à situações do sexo e da sexualidade, tidas como algo fora da “normalidade” dos educandos. Por isso, ao invés de dialogar e refletir, muitas vezes a problemática é

tratado como subversão, desordem, ausência de moral. Ou seja, comportamento que deva ser severamente enfrentado com punições, perdendo-se a perspectiva de um olhar mais sensível e democrático com os atores escolares envolvidos. Sobre essa questão, Louro (1999, p.26) discorre:

[...] a escola tem uma tarefa bastante importante e difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade 'normal' e, de outro, simultaneamente, contê-la.

Ainda sobre essa questão, a referida autora afirma que, na tentativa de adiar o debate sobre a sexualidade, sob a justificativa de manter a inocência e a pureza das crianças, a escola reforça o silenciamento e a negação da curiosidade e dos saberes infanto-juvenis sobre identidades e práticas sexuais.

Este silenciamento pode ser compreendido, tomando como base, as consequências históricas de uma sociedade patriarcal, cuja concepção de sexualidade, sempre esteve demarcada pelo tabu religioso. Assim, o projeto judaico e cristão aguçou as referidas relações, demarcando fronteiras para a vida humana e para os comportamentos sexuais. (LIMA JÚNIOR, 2008).

Por fim, pode neste capítulo afirmar que o trabalho de Educação sexual é de uma fundamental importância na escola, haja vista que envolve questões sociais, éticas e morais. Tendo que ser tratado com compromisso e responsabilidade sem esquecer-se da liberdade e autonomia que este exige. Dessa forma, “para compreender a sexualidade humana é essencial que ela possa ser entendida e discutida com liberdade”. (CAMARGO e RIBEIRO, 1999, p.40).

4.1 Formações escolares

Diante de tantas lutas, dificuldades e limitações históricas, as mulheres souberam enfrentar desafios para conseguirem estudar, dadas as imposições patriarcais que determinavam ao feminino a inferioridades nas esferas públicas. Sobre tal questão, Zúñiga (1994, p.290) afirma que:

A condição social da mulher deve ser entendida no contexto sociocultural que rege a vida e o comportamento de todos. Aí se revelam preconceitos tradicionais que colocam a mulher numa posição secundária em relação ao homem. Ela tem que ser leal, submissa, doce, fiel e complementar. A família é a instituição que define a vida da mulher, porque ela é fundamentalmente, filha, esposa, mãe. Ela tem uma função tão absorvente na reprodução social que limita sua participação na produção e nos processos políticos e comunitários. A mulher é formada para ser esposa e mãe.

Nesse cenário histórico, coube ao movimento feminista exercer sua relevante contribuição às mudanças gestadas na condição de vida da mulher.

Com o movimento feminista, as mulheres passaram a questionar a naturalização da sua condição social, sobretudo, quanto ao seu papel de esposa, mãe e dona-de-casa (ROCHA-COUTINHO, 1994), conseqüentemente provocando profundas mudanças nas relações de gênero (entendidas como as representações de feminilidade e masculinidade social e culturalmente construídas).

Assim, pode-se constatar que, mesmo com todas as mudanças históricas, muitas mulheres continuam a ser formadas para assumir os tradicionais papéis de gênero. Esse fato ainda se constitui numa barreira cultural para sua escolarização, especialmente, as que são pertencentes a famílias de classes populares e oriundas dos meios rurais.

Na pesquisa em curso, a depoente “**A**”, educadora da rede pública, destaca esse processo de construção familiar e os caminhos enfrentados no interior da família:

Na minha casa todas as filhas mulheres tinham que casar primeiro. Meu pai era muito rígido e eu fui à última a casar. Ele disse que eu seria professora e depois que me formasse [...] ai eu casaria porque demorei a achar um marido e minha mãe concordava com tudo que ele dissesse [...] ela tinha mais medo do que respeito, porque a mãe dela ensinou que tinha que ser obediente a meu pai. E eu casei, depois engravidei e só pude trabalhar quando minha filha completou quatro anos. E meu marido não queria que eu trabalhasse fora de casa, mas, tive que passar por cima da ordem dele e mostrar que podia trabalhar fora e ser dona de casa. E hoje estou quase me aposentando, muito feliz por ter vencido. (**Depoente A, 49 anos, casada**).

A depoente “**A**” mostra em seu relato que toda sua formação teve significativa influência da educação patriarcal, pois, até mesmo a profissão foi decidida enfrentando imposições domésticas com o pai e mesmo o marido. Ou seja, o seu lugar já havia sido determinado sob a condição de submissão e obediência foi, inclusive, espaço de conflito para que a depoente pudesse exercer sua profissão como educadora. Em face de tantas limitações, chega ao período da aposentadoria apenas com a conclusão do magistério realizada no interior da escola normal, sem com isso ter cursado sequer a licenciatura em pedagogia.

No caso da depoente “**B**”, mesma teve a liberdade de escolher sua profissão. Realizou o magistério no IEPE e pedagogia na UFPB. Prestou concurso para prefeitura de João Pessoa para o cargo de professorado fundamental I e exerce há cinco anos o cargo de professora lotada no município. Mesmo tendo recebido uma educação familiar patriarcal muito forte, ainda conseguiu abrir espaços à liberdade de escolha profissional, pois, o pai entendia que a formação e, por conseguinte, a estabilidade profissional era principal prioridade, até mesmo ao casamento. Sobre essa esse processo ela relata:

Sou educadora por escolha. Fiz o magistério e pedagogia na UFPB em 2008.2. Ainda não tentei o mestrado, pois, casei depois de um ano que estava trabalhando na prefeitura, engravidei e minha filha é pequena necessita de minha atenção, por isso que tive que adiar a ideia de ir para o mestrado. (**Depoente B, casada, 28 anos**).

Como se pode ver são situações diferentes das depoentes e em contextos distintos, no entanto, comungam no fato de que o pós - maternidade implicou em um limite para continuação da formação, devido à condição de mãe e principal responsável pelo cuidado dos filhos.

Nesse sentido, preserva-se, ainda, o imaginário de que repousa sobre a mãe os primeiros, segundos e terceiros cuidados com as filhas e filhos. A mãe lhe é imposta culturalmente à condição de educar e cuidar dos filhos, em particular, nos anos de desenvolvimento da infância. Segundo Rocha e Coutinho (1994, p.98):

[...] levava seu ser pessoal a ser definido a partir dos outros – maridos, a casa e os filhos – e, desta forma, negava a mulher a possibilidade de ser ela mesma. De acordo com tal ideologia, não havia lugar na mulher para seu próprio prazer, sua própria satisfação, mas apenas, para aquilo que estava voltado para atender e satisfazer às necessidades de sua casa e de seus familiares. Era preciso que ela se esquecesse de si mesma para melhor poder amar e cuidar dos seus.

Voltando ao já citado relato da depoente “**A**”, viu-se que a mesma enfatiza a presença do marido como personagem de enfrentamento a sua formação educacional, não a permitindo, também, que a mesma pudesse trabalhar fora de casa, resignação carregada até hoje, às vésperas da consolidação da sua aposentadoria.

É importante notar o quanto são expressivos os papéis dos gêneros, marcados por suas construções históricas e que tendem a modificar-se com as mudanças da sociedade. No caso da depoente **A**, o simples fato de voltar ao mercado de trabalho foi

uma vitória para ela, posto que, o trabalho era uma forma de suavizar a submissão ao marido, uma maneira de não se render em absoluto ao conformismo patriarcal.

No caso da depoente “C”, a mesma relata que casou ainda quando cursava o ensino médio, porém, decidiu por adiar a maternidade para não interromper os estudos, pois, objetivava concluí-lo antes de assumir responsabilidades maternas:

Fui noiva três vezes, no entanto só casei com um quarto noivo, que é o meu esposo até hoje. Meu pai sempre me dizia que o estudo é nosso melhor marido e olha que meus pais são de uma cidade no interior de Pernambuco, chamada Orobo. Fiz magistério no IEP (1997), pedagogia na Faculdade Evangélica Cristo Rei (2009) e diversos cursos. Só tive meu primeiro filho quando terminei o magistério e para estar em sala de aula não precisava de pedagogia, é tanto que o meu primeiro vestibular eu queria letras, mas eu não passei. Ai não tentei mais. Quando começou a se falar que dentro de poucos anos só permaneceria em sala de aula ensinando quem estivesse formada, então resolvi procurar uma faculdade para terminar logo o curso de pedagogia e meu filho já estava grandinho e meu esposo me ajudou muito, ficava com meu filho para eu ir a faculdade, pois, meu esposo dizia que achava bonito ter uma mulher formada ao seu lado. (C4, casada, 32 anos, educadora de uma escola Municipal).

Ao compreender que os papéis de homens e mulheres são estabelecidos historicamente, a mulher tem sua educação voltada às responsabilidades pairam sobre a maternidade.

Porém, muitas vezes essa condição tida como inevitável e “natural” é adiada para dar espaço a outras conquistas, haja vista que ser mulher, mãe, esposa e em casos com da depoente “C”, estudante, impõe decisões, inclusive, para se estabelecer-se no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a depoente “C” demonstra uma peculiaridade, que é ter o apoio do marido no enfrentamento dos próprios preconceitos que pairam sobre a mulher que opta por adiar a maternidade.

No caso da depoente “D”, professora vinculada a rede municipal, estada civil solteira, a mesma destaca entre outras questões que, preferiu dar espaço a realização de outras conquistas, particularmente, profissional, por entender que era mais interessante crescer profissionalmente, ao viver sob o jugo de uma relação patriarcal, sem muito espaço na vida da mulher. Sobre essa questão ela relata:

Sou solteira, apenas namoro e não quero casar. Até hoje minha família me cobra um casamento, mas não tenho vontade de assumir papel de esposa, mãe, dona de casa. Quero morar sozinha e ter a liberdade de me relacionar com quem eu queira. Posso futuramente mudar de opinião. Mas, minha educação familiar foi tão repressora e cheias de convenções e regras que tomei abuso de estar tanto tempo tentando me encaixar nas regras ditadas por minha família. O que eu quero agora é terminar meu curso de pedagogia na UFPB, tentar o mestrado, o doutorado e continuar estudando e produzindo conhecimento. Não suporto a ideia de um homem me dizendo o que eu devo fazer. (D4, solteira, 35 anos)

Como se viu no relato da depoente “D”, sua narrativa é demarcada por conflitos vivenciados entre o passado e o presente, condições de escolha e rupturas, para firmar um lugar de mudança nos padrões culturalmente aceitos e historicamente determinados.

4.2. Família, patriarcado e educação sexual

No Brasil, as primeiras três décadas do século XX foram determinantes no rompimento de comportamentos e papéis antes esperados da mulher. Durante a década de 1950, aumentou a participação feminina no mercado de trabalho formal que exigia um maior nível de escolaridade e de qualificação profissional, sobretudo, nas profissões de enfermeira, médica e assistente social, professora, etc. Mesmo assim revigorava a ideia de incompatibilidade entre profissão e casamento, pois, trabalhando a mulher deixaria de lado os cuidados domésticos – casa, filhos e marido – ameaçando a estabilidade do matrimônio. (BASSANEZI, 1997).

Na sociedade brasileira, devido às tradicionais patriarcais, houve muita influência da colônia portuguesa e o casamento foi bem semelhante aos que aconteciam na Europa. Para Goldber (1984), no Brasil – colônia a Igreja Católica, para combater o concubinato (forma de união predominante nas camadas rurais e populares), defende a família patriarcal, como o principal modelo de poder na organização familiar, em que só se admitia o prazer e o desejo sexual do homem fora do lar com prostitutas ou mulheres pobres (brancas, negras, índias e mestiças), por isso elas se tornavam a companheira sexual preferida para o homem branco e também para a iniciação sexual dos meninos. Para Parker (1991, p.58):

O patriarcalismo no Brasil não foi simplesmente uma forma de organização social familiar e social, foi também uma construção ideológica, onde os conceitos de homem e mulher foram definidos em termos de oposição; o homem como um ser forte, ativo, viril e com potencial para violência; e em contrapartida, a mulher como um ser inferior em todos os sentidos: mais fraca, dócil, bela e desejada, mas de qualquer forma, e em qualquer posição social, sujeita à absoluta dominação masculina.

Dessa forma, na compreensão apontada por Parker: “Essa extrema diferenciação carregava consigo o dualismo moral explícito que contribuiu para

legitimar e reforçar a ordem aparentemente natural de hierarquia de gênero” (PARKER, 1991, p.58).

Assim, na forma de organização familiar, o sexo passa a ser concebido como condição fundamental à reprodução, ou seja, uma atribuição natural da procriação e formação da família nuclear. Pela procriação, caberia a mulher uma educação diferenciada na família, no sentido de que, desde cedo, deveriam ser preparadas ao casamento e a submissão aos maridos, ao cuidado do lar, dos filhos.

Apesar das grandes mudanças ao longo da história, falar de sexo ou da sexualidade no seio familiar ainda é um grande desafio, principalmente quando é para definir como “educar as meninas em sua sexualidade”. Na família, seguindo a força das tradições seculares, a responsabilidade é das mães e estas reproduzem a educação sexual como foram ensinadas ou se omitem a orientar suas filhas por acreditarem que sexo é algo vergonhoso, feio, repulsivo e que apenas um dia irão aprender na vida de casadas com seus maridos.

Nesse particular, todas essas condições acima analisadas aparecem nas narrativas das nossas entrevistadas, é o caso das depoentes “A” e “B”, “C” e “D”, quando as mesmas se reportam a educação sexual em família:

Minha formação sexual [...] nem foi na minha família e nem foi na escola, porque meu pai dizia que essas coisas eram safadeza e que quando eu casasse iria cumprir minhas obrigações de mulher. Já minha mãe dizia que eu tinha que saber que as mulheres têm regras (menstruação), que todo mês eu iria sangrar e teria que usar um paninho. Mas não me disse por qual parte do corpo isso ia acontecer. Aí já vi, quando aconteceu quase morri de susto porque pensei que tinha me cortado e **pior foi descobrir quais eram minhas obrigações de esposa. (Depoente A)**

Minha mãe procurou me orientar sobre sexo e sexualidade mesmo com sua ignorância e dificuldade, ela me orientou sobre noções bem básicas, sobre a primeira menstruação, reprodução, higiene íntima etc. Ela dizia que eu estudasse para aprender mais, porque quando eu casasse não teria tantas surpresas [...] **A virgindade para a mulher era a maior riqueza**, pois, os homens só queriam mulheres sérias

para casa re que eu tentasse me guardar até o último momento (**Depoente B**).

Com meus pais este assunto era um **tabu**. Meu pai e minha mãe são sertanejos, pessoas de mente fechada, a mulher nasceu para procriar, para ser mãe, dona de casa e pronto. Como eu sempre tive assim iniciativa de aprender as coisas, curiosa em sala de aula com outros colegas, com minhas professoras, que eu perguntava mesmo, em ciências, com a vizinhança, **em casa nunca**. Minha mãe nunca falou o que era menstruação para mim e é porque minha mãe era enfermeira. Ela tinha o técnico de enfermagem e também é ACD que é o auxiliar em odontologia. Até hoje ela não consegue falar sobre estes assuntos. Por que agora a gente tudo casada, eu e minha irmã. Tudo relacionado à sexualidade ela trava, ela diz que isso não é coisa pra ta conversando, que isso é coisa de dentro de casa, entre marido e mulher, não para ta comentando não. Isso tem que ser em secreto. (**Depoente C**).

Eu não tive uma educação sexual em casa, como fui educada por minha avó paterna e duas tias, esse assunto é um **tabu**, não se podia falar em sexo e sexualidade e nem sequer insinuar que sabia de algo. **Minha avó me educou para casar virgem**, pois, ela dizia que se eu me perdesse antes do casamento ela me expulsaria para fora de casa. Mesmo hoje com 35 anos e ainda solteira, faço ela acreditar que sou virgem, para que não ocorram conflitos familiares. As minhas instruções sobre o assunto foi na escola Fundação Bradesco, na disciplina de ciências, ministrada por um professor que eu o considerava ótimo, simplesmente por que ele respondia todas as minhas dúvidas e o mais interessante é que eu não tinha nenhuma vergonha de perguntar sobre o assunto e minhas colegas me incentivavam, pois, elas mesmas tinham timidez em perguntar algo. Minha avó me pressionou muito para eu não namorar na adolescência porque se ela desconfiasse de algo eu iria fazer um exame para descobrir se eu ainda era virgem. Meu mundo era rodeado de medo e também a religião teve forte influência no longo período de reclusão ao ato sexual. Foi muito difícil me libertar de todas essas prisões que eu hoje considero ideológicas, construídas culturalmente e historicamente. (**Depoente D**).

Percebe-se nas falas de todas as depoentes a grande dificuldade que cada uma enfrentou para superar o bloqueio ou mesmo tabu para dialogar sobre cada condição sexual. De forma contraditória, a própria família, a quem cabia ou cabe zelar pela condição suprema da virgindade da mulher, recusava-se conversar sobre tal condição humana.

Sobre o significado do sexo com tabu histórico, Gauderer (1994) afirma que as regras foram surgindo como mitos e tabus para estabelecer limites ao sexo, estabelecendo, por conseguinte, os padrões entre o proibido e o permitido, delimitando fronteiras no interior da família patriarcal, a quem cabia zelar pela reprodução da família.

Em seus estudos, Costa (1986) ressalta que sexualidade dentro da concepção religiosa é carregada de tabus que afetam a maneira de se encarar a sexualidade, e o primeiro deles refere-se ao “pecado” de Adão e Eva, a partir do qual, tudo o que diz respeito ao relacionamento sexual está ligado a um sentimento “de vergonha”. Outros tabus são os de que os anjos são assexuados e por tanto puros, e o diabo representa a sexualidade vivida em promiscuidade; todos eles atestam uma atitude desfavorável da igreja com relação ao sexo e ao prazer.

Por sua vez, Cabral (1995) acrescenta outra idéia repassada pela doutrina cristã no ocidente, que é a dualidade entre corpo e alma, na qual a alma é mais importante que o corpo, pois a mesma recebeu de Deus a existência e a imortalidade. Essa idéia favoreceu uma educação sexual que nega o corpo ou o coloca em segundo plano. Ao longo da história ocidental, esta tem sido uma forma de os homens viverem a sexualidade de maneira reprimida.

De certa forma, segundo Costa (1986), as normas, os valores cristãos e as necessidades do Estado foram enquadrando a sexualidade, principalmente a partir do século XVI, quando se inicia o processo de modernização da sociedade e a ascensão da burguesia, aliando as influências da Igreja e dos moralistas no controle da vida social. Pode-se acrescentar ainda que, nesse final de século, o poder da ciência e da tecnologia vem ditando novas regras, estabelecendo permissões e proibições para os relacionamentos sexuais.

Portanto, viu-se aqui a partir da pesquisa empreendida com as depoentes “A”, “B”, “C” e “D”, bem como, com as leituras e contribuições teóricas, o quanto o debate sobre a sexualidade ocupa espaço e impõe limitações, seja na família, na aprendizagem cotidiana, seja na escola, lugar da formação em sociedade de conhecimentos.

Como a sexualidade foi fortemente influenciada pelas idéias cristãs, culturais, políticas e econômicas, seus rebatimentos influenciaram, historicamente, nas formas de conduzir e dialogar acerca da iniciação sexual da mulher, em regra, situação a ser consagrada após o casamento, devendo, portanto, ser consolidado no casamento e como único fim a necessidade de procriação, enquanto ao homem permitia-se com absoluta “liberdade” o exercício da prática sexual, sendo, inclusive, estimulada sua iniciação desde a mais tenra idade, bem como, sua liberdade sexual, mesmo sob a égide cristã do matrimônio.

CONCLUSÃO

Este estudo objetivou analisar as narrativas de educadoras sobre os desafios da formação e de questões relacionadas às temáticas, sexo e sexualidade e os seus rebatimentos no processo de formação escolar.

Nos quatro capítulos, buscou-se a partir das narrativas das depoentes “A”, “B”, “C” e “D”, relacionando-as leituras e contribuições teóricas, analisar o quanto o debate sobre a sexualidade ocupa espaço e impõe limitações, seja na família, na aprendizagem cotidiana, seja na escola, lugar da formação em sociedade de conhecimentos.

Muitas foram às mudanças nas últimas décadas no que se refere à inserção da mulher na sociedade, mas ainda há muitas outras mudanças a serem realizadas e a escola precisa ser repensada e posta à crítica, no sentido de superar elementos típicos do patriarcalismo mais arraigado e opressor.

Nesse sentido, o estudo em conclusão, ainda que de maneira bastante preliminar, possibilita retornar os resultados da pesquisa e fazer refletir sobre a permanência do preconceito ou dificuldade de lidar com o corpo ou questões da sexualidade feminina e masculina, mesmo com os avanços sugeridos pelo PCNs.

O estudo sugere ainda um mergulho nas histórias de formação das mulheres em sociedade, afinal, a professora é uma mulher e isso antecede sua formação escolar.

A tarefa aqui foi questionar, buscar articular e contribuir com questões que possibilitem a escola e seus atores sociais, em particular, gestores e educadores, refletir sobre as referidas demandas temáticas, na perspectiva de superação das históricas diferenças entre homens e mulheres e que acaba sendo cotidianamente sendo reproduzidas na escola, ao tempo em que se estabelece uma recusa ou tabu tratar de questões relacionadas a sexualidade humana.

Portanto, questionar não significa destruir o atual modelo escolar, mas, ao contrário, transformá-lo. Ou seja, compreender que verdades históricas cristalizadas, aceitas e cultivadas pelo modelo patriarcal cristão podem e devem ser extirpadas, tendo o processo educativo como aliado fundamental nesse processo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros nacionais**. Brasília, MEC; SEF, 1997. 126p. Vol.1. (Ensino fundamental/ 1ª. À 4ª série).
- CABRAL, J. T. **A sexualidade no mundo ocidental**. Campinas: Papirus, 1995.
- GAUDERER, C. **A vida sem receitas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como um tema transversal**. São Paulo: Editora Moderna.
- CAMARGO, Ana Maria Faccioli de **Sexualidades e Infâncias: A sexualidade como um tema transversal** / Ana Maria Faccioli de Camargo, Cláudia Ribeiro: coordenação Ulisses F. Araújo. – São Paulo : Editora da Universidade de Campinas, 1999. – (Educação em pauta: temas transversais).
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível e [HTTP://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/](http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/)
- GOLDBERG, M. A. A. Educação Sexual: uma proposta, um desafio. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984.
- LIMA JÚNIOR, L. P. de. **O labirinto da sexualidade**. João Pessoa: UFPB, 2008. 102p.
- LOURO, Guacira I. Louro; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana V. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 6ª Ed. Petrópolis-Rj: Editora Vozes, 2010.
- MACHADO, Charliton J. dos Santos & NUNES, Maria Lúcia da Silva (Orgs.). **Gênero e sexualidade: perspectivas em debate**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.
- MURARO, R. M. (1985). **Identidade feminina**. Petrópolis: vozes.
- MURARO, Rose Marie. **A mulher no terceiro milênio**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- PARKER, R. G. **Corpos, Prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1991. 295p.
- RIBEIRO, Cláudia (1996). **A fala da criança sobre sexualidade humana: o dito, o explícito e o oculto**. Campinas. Mercado de letras.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia (1994). **A mulher no Brasil**. In: Rocha-Coutinho, Mª Lúcia. **Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares**. Rio de Janeiro: ROCCO. P. 66-125.

ZÚÑIGA E. Miriam (1994). **Educação de Adultos: Um espaço para o desenvolvimento e fortalecimento das mulheres dos setores populares.** In: ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES, 1993, Olinda. Anais...Brasília: INEP. P.288-303.